

NOTAS E INFORMAÇÕES

O inquérito dos mil dias



Não é democrático que a investigação das 'milícias digitais' dure tanto tempo no âmbito do Supremo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes prorrogou pela décima vez, a segunda apenas neste ano, o Inquérito 4874, que desde julho de 2021 investiga a ação das chama-

das "milícias digitais" contra o Estado Democrático de Direito. Como a investigação da Polícia Federal (PF) está sob sigilo, não é possível dizer se essa nova concessão de prazo – mais seis meses – faz sentido. Razoável ela não é, definitivamente.

Tanta obscuridade dá azo à inferência de que Moraes possa estar agindo, pura e simplesmente, orientado pelo mero exercício de poder, na linha "faço porque posso" – o que seria lamentável. Outra conclusão possível, dado o alongamento inexplicado das investigações, é a incompetência dos agentes da PF incumbidos das diligências para encontrar provas irrefutáveis contra os investigados depois de tanto tempo. Seja como for, as prorrogações praticamente automáticas do Inquérito 4874 – e de outros instaurados no âmbito da Corte a fim de investigar as investidas liberticidas das "milícias digitais" – não fazem bem ao próprio STF.

Um inquérito policial que facilmente passará dos mil dias de duração é em tudo contrário ao espírito da Constituição de 1988. Em outras palavras: a pretexto de investigar a atuação das "milícias digitais", o STF tem enfraquecido a mesma democracia que pretende defender.

Lá está, consagrado no artigo 5.º, LXXVIII, da Lei Maior, o princípio da razoável duração do processo no rol dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Inquéritos sem fim não se coadunam com o regime democrático. A razão é elementar: a mera po-

sição de investigado já é estigmatizante por si só; ademais, não é outra coisa senão truculência estatal submeter quem quer que seja à força persecutória do Estado por tempo indeterminado.

Não há dúvidas de que a Corte esteja, de fato, imbuída da missão de resguardar a Constituição e, desse modo, zelar pela plena vigência do Estado Democrático de Direito no País – como este jornal, aliás, já sustentou não uma, mas diversas vezes. O busilis é que os excessos que foram cometidos pelo STF em nome do resguardo da democracia em tempos de ameaças excepcionais já não se justificam. As ameaças que os ensinaram, como é notório, já não existem mais. Há muito o STF já deveria ter voltado ao leito da normalidade institucional.

É dever da PF concluir, de uma vez por todas, as "diligências ainda pendentes". É de dever de Moraes, como ministro relator do Inquérito 4874 no âmbito do STF, exigir dos policiais federais esse profissionalismo. Dessa conclusão depende o envio das provas coletadas para o Ministério Público, o eventual oferecimento da denúncia e o julgamento dos acusados.

Ao sinalizar que o Inquérito 4874 seguirá aberto, no mínimo, até setembro deste ano, às vésperas das eleições municipais, Moraes alimenta a especulação de que a PF pouco tem de concreto nas mãos e o STF, por sua vez, tem se valido dessas investigações sem fim para levar adiante uma agenda política, o que é péssimo para a Corte e pior para o País. ●

Operação Tempus Veritatis

Ciro Nogueira critica ex-comandantes; ex-chefe da Aeronáutica reage

Ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro fala em 'prevaricação ou calúnia'; brigadeiro diz que senador 'agride a instituição militar'

JULIANO GALISI
RAYSSA MOTTA

Ex-ministro da Casa Civil do governo Bolsonaro, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) criticou ontem os depoimentos dos ex-comandantes do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, que colocaram o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como o condutor de uma conspiração golpista. O ex-chefe da Aeronáutica reagiu às declarações do senador.

Ciro Nogueira afirmou que os depoimentos dos militares indicam conduta "criminososa". "Está absolutamente provado que há um criminoso incontestável. Ou o criminoso que cometeu prevaricação ao não denunciar ao País o 'golpe' ou o caluniador que o denuncia hoje, não tendo ocorrido (o golpe)", escreveu o ex-ministro da Casa Civil no X (antigo Twitter). Prevaricação é a omissão de um agente público diante de uma conduta criminosa.

"Quer dizer que agora um

chefe, dois chefes (?) de Forças Militares testemunham um golpe de Estado e não fizeram nada?", questionou o senador. "O general mais importante do País, tão cioso da democracia, em dezembro de 2022, sairia de qualquer reunião imprópria, denunciaria qualquer conluio e teria absoluto apoio da sociedade brasileira."

"Quer dizer que agora um chefe, dois chefes (?) de Forças Militares testemunham um golpe e não fizeram nada?"

Ciro Nogueira (PP-PI)
Ex-ministro da Casa Civil e senador

"Ao tentar apoio para as eleições de 2026, o senador Ciro Nogueira agride a instituição militar"

Carlos Baptista Junior
Ex-comandante da FAB

Também na rede social, o ex-comandante da Aeronáutica afirmou que o presidente do PP "agride a instituição militar". "Ao tentar apoio para as eleições de 2026, o senador Ciro Nogueira agride a instituição militar e demonstra desconhecimento a lei brasileira, que estabelece que a continência militar é devida às autoridades, não às pessoas", publicou o bri-

gadeiro. "Se é este o exemplo de um presidente de partido, pouca esperança resta na política."

INVESTIGAÇÃO. Em depoimento à Polícia Federal no inquérito que apura suspeita de tentativa de golpe de Estado, Freire Gomes disse que Bolsonaro "apresentou hipóteses de utilização de institutos jurídicos como GLO (Garantia da Lei e da Ordem) e estado de defesa e de sítio em relação ao processo eleitoral", durante reuniões no Palácio da Alvorada, após o segundo turno das eleições de 2022.

Baptista Junior também relatou aos investigadores que o ex-presidente aventou a possibilidade de um golpe. Ele narrou que chegou a se retirar de um encontro com Bolsonaro e que se recusou a receber uma proposta de decreto golpista.

Os depoimentos colhidos pela PF se tornaram públicos na sexta-feira passada, por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Conforme Freire Gomes e Baptista Junior, apenas o ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, aderiu ao plano de uma ruptura. Intimidados e depor, Bolsonaro e Garnier ficaram em silêncio. ●

Áudio indica que ações de Bolsonaro caíram mal no Alto-Comando

BASTIDORES

MARCELO GODOY

O comandante do Exército, Tomás Miguel Ribeiro Paiva, expôs em conversa com seus subordinados, em janeiro do ano passado, razões que afastaram o Exército de Jair Bolsonaro. A gravação foi feita de forma clandestina. Nela, ele diz que Bolsonaro deu a ordem para não "mexer" com os acampamentos em frente aos quartéis. E rebate acusação da extrema direita de prestar continência a ladrão: "Prestamos continência à autoridade; se não, não é Exército, não é Força Armada, vira milícia, vira bando".

Passaram despercebidos de todos detalhes do que Tomás Paiva leu aos seus subordinados. Era o título de uma reportagem: "Próxima motociata de Bolsonaro será na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras)". Ele comentou: "É verdade. Não ocorreu porque os comandantes convenceram Bolsonaro de que não era adequada". Tomás não forneceu detalhes do caso. Mas o **Estadão** revelou em outubro de 2023.

O episódio representou um embate que opôs o governo ao então comandante da Aman, general Paulo Roberto Rodrigues Pimentel. Ao iniciar suas motociatas pelo País, Bolsonaro teve a ideia de entrar com uma delas, vinda de Resende

(RJ), pelo portal da Academia, no dia da cerimônia de entrega dos espadins. Era 14 de agosto de 2021. Pimentel, um Força Especial, foi abordado pelos ministros Luiz Eduardo Ramos e Braga Netto. Tentaram convencê-lo a permitir a manifestação. O general respondeu que só havia um jeito de isso acontecer: nomeando outro oficial para comandar a escola. "Ele queria fazer a motociata, um ato político, dentro da academia militar. Alguém aqui acha isso uma coisa adequada?", disse Tomás. Tratou ainda das comemorações do Bicentenário da Independência, em Copacabana, no Rio, evento que, meses depois, serviria para a segunda condenação de Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral.

Tomás lembrou a seus subordinados que os desfiles do 7 de Setembro sempre ocorriam na Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio. "Nesse ano que passou (2022), mudou. Passou a ser em Copacabana. No final não teve desfile. Mas, para o povo, estava tudo misturado, o que era militar e o que era político."

Tomás completou. "Houve diversas interferências políticas em temas militares. Em 2021, estava na pandemia, o general Pazuello estava na ativa e foi em uma motociata, acompanhando o presidente. E sobe no palanque. Comportamento inadequado. Quando o ato é público, a gente tem de falar que foi inadequado." ●

COLUMNISTA DO 'ESTADÃO'